

O Acontecimento e o Sensacional no Jornalismo

Leonel Aguiar, Alice Baroni

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

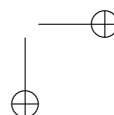
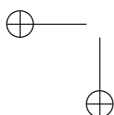
E-mail: laaguiar@uol.com.br, abaroni24@terra.com.br

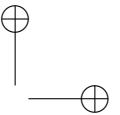
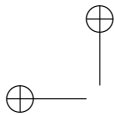
EM artigo anteriormente publicado (AGUIAR, 2008a), concluímos que as críticas elaboradas por certos autores (SOUSA, 2000; KURTZ, 1993; MARSHALL, 2003; MARCONDES FILHO, 1988), ao classificarem um determinado modo de jornalismo como sensacionalista, parecem querer opor uma imaginária constituição democrática do espaço público e da cultura legítima a uma suposta disfunção narcotizante do entretenimento, que promoveria o conformismo social e reforçaria as normas sociais. O jornalismo sensacionalista, nesse entendimento, veicularia apenas a ampla trivialidade e o excesso de diversão estaria “matando” os ideais iluministas da sociedade moderna, tal como aposta Postman (1986). Entretanto, pode-se ver nestas críticas aquilo que Edgar Morin define, ao estudar cultura de lazer, como a má impressão causada pelo divertimento e pela evasão aos “moralistas dessa confederação helvética do espírito que são as letras e a universidade” (MORIN, 2002).

Invertendo a questão, apontamos que o sensacionalismo deve ser pensado enquanto positividade, por ser uma forma de conhecimento que toma por base as sensações enquanto uma das condições para o entendimento e a reprodução da experiência imediata. Deleuze e Guattari garantem que a sensação não é menos cérebro que o conceito. Apenas a sensação está em um plano diferente daquele das finalidades e dos dinamismos.

A sensação é contemplação pura, pois é pela contemplação que se contrai, contemplando-se a si mesma à medida que se contempla os elementos de que se procede. Contemplar é criar, mistério da criação passiva, sensação. Sensação preenche o plano de composição e preenche a si mesma preenchendo-se com aquilo que ela contempla: sensação é *enjoyment* e *self-enjoyment* (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

Como afirmam Deleuze e Guattari (1997), caso se considerem as conexões nervosas excitação-reação e as integrações cerebrais percepção-ação, não cabe perguntar em que tempo ou nível aparece a sensação, pois está suposta

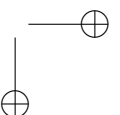
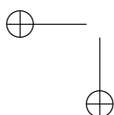


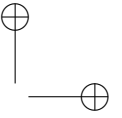
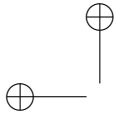


e mantida na retaguarda. A sensação coloca-se em um plano de composição, formando no processo de contração do que a compõe e compondo-se, por sua vez, com outras sensações nas quais se contrai. Para esses filósofos, “a sensação contrai as vibrações do excitante sobre uma superfície nervosa ou num volume cerebral: a precedente não desapareceu ainda quando a seguinte aparece. É a sua maneira de responder ao caos” (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Contrariando a tese de que a produção do jornal sensacionalista está vinculada a exacerbações das neuroses coletivas ou satisfazer “as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádicas, caluniadoras, ridicularizadoras das pessoas” (MARCONDES FILHO, 1988), a filosofia da imanência entende que a sensação é a vibração contraída que se torna qualidade. De nada adianta, portanto, procurar pela sensação se nos limitarmos às reações e às excitações que elas prolongam ou às ações e às percepções que elas refletem. “É que a alma (ou antes, a força), como dizia Leibniz, nada faz ou age, mas é apenas presente, conserva; a contração não é uma ação, mas uma paixão pura, uma contemplação que conserva o precedente no seguinte” (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

Assim, ao invés de utilizar o termo jornalismo sensacionalista, carregado por uma carga semântica pejorativa e desvalorizada, preferimos, em outro artigo (AGUIAR, 2008b) cunhar o termo jornalismo sensacional que, nesta perspectiva, quer dizer que a informação jornalística se expressa em uma lógica da sensação a partir da imediaticidade da experiência. É possível perceber que as narrativas jornalísticas sensacionais, enquanto uma ordem do discurso, estão arraigadas no próprio modo de produção moderna da notícia, tal como a consumimos hoje. Mas, também é aceitável compreender que, como o jornal deve utilizar recursos gráficos e estilísticos para se tornar um produto vendável, o que vai diferenciar a imprensa de referência – denominada “séria” – da imprensa sensacional é somente o grau de utilização dessas narrativas sensacionais¹.

1. Ao discutir a transformação da atividade jornalística em grande empresa capitalista, Marcondes Filho ressalta que a notícia, enquanto mercadoria, foi ganhando mais investimentos para melhorar sua aparência de valor de uso, pois o jornal deve “vender-se pela sua aparência; o que vai diferenciar um jornal dito ‘sensacionalista’ de outro dito ‘sério’ é somente o grau”. (MARCONDES FILHO, 1988).



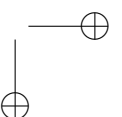
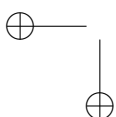


Sobre o acontecimento

Ao sistematizar as conceituações dos critérios de noticiabilidade, Wolf (2003) enumera cinco pressupostos implícitos dos quais os valores-notícia são derivados: critérios substantivos, relativos ao conteúdo e que articulam a importância e o interesse da notícia; critérios referentes às características específicas do produto informativo; critérios vinculados ao meio de comunicação; critérios concernentes ao papel da representação social que os jornalistas fazem do seu público; critérios ligados à concorrência. Os valores-notícia são as qualidades da construção jornalística dos acontecimentos e funcionam como “óculos” (BOURDIEU, 1997) através dos quais os jornalistas operam uma seleção e uma produção discursiva daquilo que é selecionado. Ou seja, são as condições de possibilidades de ver e dizer sobre a realidade social que estão estratificadas na comunidade interpretativa dos jornalistas.

Os acontecimentos avaliados como importantes são, obrigatoriamente, selecionados para se tornarem notícias, enquanto que o interesse está vinculado à representação que os jornalistas fazem de seu leitor e também ao valor-notícia definido como capacidade de entretenimento. As notícias interessantes são as que procuram narrar um acontecimento com base na perspectiva do “interesse humano”, das curiosidades que atraem a atenção e do insólito. É esse critério de relevância – notícia interessante com potencialidade de entretenimento – que se coloca em contradição com o critério da importância própria dos acontecimentos. Para resolver essa contradição, é possível trocar um valor-notícia por outro: “a capacidade de entreter situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, quer como um fim em si mesma, quer como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos” (GOLDING; ELLIOTT, 1979). A questão pode ser resolvida com a associação desses dois valores-notícia: para informar o público é necessário produzir um jornal que desperte seu interesse, não havendo utilidade em fazer um tipo de jornalismo aprofundado, se os leitores não se sentem atraídos.

Exemplos de enfoques inovadores de como é possível tornar, simultaneamente, as notícias importantes e interessantes é a prática editorial que vem sendo adotada pelos jornais *Extra* e *O Dia*, editados na cidade do Rio de Janeiro e que não são considerados modelos de referência. Conforme já abordou Mauro Wolf (2003), a competição entre os jornais – um valor-notícia dos critérios relativos à concorrência – tem, como consequência, contribuir



para o estabelecimento dos parâmetros profissionais e modelos de referência: no caso da imprensa norte-americana, esta função é desempenhada pelo *New York Times* e *Washington Post*; no Brasil, os atuais modelos de referência profissional são os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Jornais que não estão nesse quadro de referência, como *Extra* e *O Dia*, são discriminados por determinados segmentos sociais como sensacionalistas ou de baixo nível cultural. Entretanto, esses dois diários não só estão entre os mais vendidos do país como já ganharam diversos prêmios pela publicação de reportagens investigativas que foram consideradas relevantes tanto do ponto de vista jornalístico e quanto social.

Na principal premiação² para a imprensa, existente desde 1955, com as matérias sendo selecionadas e julgadas por uma comissão formada exclusivamente por jornalistas – avaliada, portanto, segundo os parâmetros profissionais que regem a comunidade interpretativa dos jornalistas – esses dois jornais já conquistaram diversos prêmios. Apesar da premiação principal sempre ter permanecido com a imprensa de referência, esses dois jornais diários vêm merecendo destaque, por realizar um jornalismo capaz de tornar o fato significativo do ponto de vista do interesse público em um relato. Além disso, tanto o *Extra*³ quanto *O Dia* estão entre os dez maiores jornais brasileiros em termos de circulação, conforme dados disponíveis do Instituto Verificador de Circulação (IVC) de 2002 até 2006⁴.

O jornal *O Dia* teve, no Prêmio Esso de Jornalismo, as seguintes reportagens avaliadas como as melhores, concorrendo com todas as publicações impressas dos estados da região Sudeste⁵: “Greve dos metalúrgicos” (1989); “Fome na Baixada” (1991); “Os 162 Carelis da polícia” (1996); “Infância a serviço do crime” (1997); “Crime sobre rodas” (2003); “Chacina” (2005). Em 2002, ganhou o prêmio de melhor reportagem⁶ impressa com a matéria

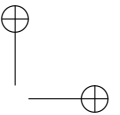
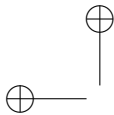
2. Patrocinado pela empresa Esso, o Prêmio Esso de Jornalismo é o principal desse concurso; a seguir, vem o Prêmio de Reportagem e as premiações regionais. Em 2007, foram inscritos 1.173 trabalhos nas mais diversas categorias, sendo 552 reportagens.

3. O jornal *Extra* ocupa o terceiro em circulação média diária no período de janeiro a dezembro de 2006, com um 267 mil exemplares. O primeiro lugar é da *Folha de São Paulo* (309 mil), seguido de *O Globo* (276 mil). O jornal *O Dia* está em décimo lugar, com 122 mil exemplares em circulação. Já ocupou a quinta colocação em 2002 e 2003.

4. Ver em <http://www.anj.org.br/industria-jornalistica/jornais-nobrasil>

5. Prêmio Esso Regional Sudeste.

6. Prêmio Esso de Reportagem.



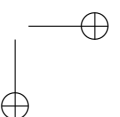
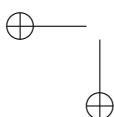
“Morto sob custódia”. Outras premiações foram: melhor fotografia, em 2004, com “Ataque a helicóptero: reação, fuga e execução”; e melhor criação gráfica na categoria jornal, em 1998, com a matéria “Infância Perdida”. Por sua vez, o jornal *Extra*, venceu o prêmio de melhor reportagem em 2005, com “Janela indiscreta”. Em 2007, foi premiado pela melhor primeira página, com a manchete “Autoridades já fizeram piada com a crise aérea e quem chora somos nós”.

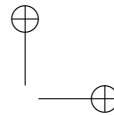
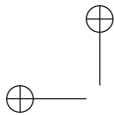
Como nossa pesquisa sobre o chamado jornalismo sensacionalista ainda está em andamento, apresentamos nesse artigo as discussões conceituais e as perspectivas teóricas que norteiam as análises. Devemos, assim, retomar a discussão clássica de Roland Barthes, quando ele apresenta o conceito de *fait-divers*. Ao analisar a estrutura do *fait-divers* – entendido como o relato da anomalia, da aberração, do passional –, Barthes (1964) afirma que um acontecimento se torna notável em função da relação entre o ordinário e o extraordinário. Além disso, o *fait-divers* tem uma significação imanente à própria informação, pois, ao nível da leitura, se constitui pela sua imediatividade, não remetendo a qualquer estrutura implícita, já que suas circunstâncias, causas, passado e desfecho estão dados. Para Barthes, o *fait-divers* é definido por sua imanência, uma vez que a estrutura articuladora de significações estão fechadas em si mesmo.

Essa definição nos obriga a colocar em discussão a relação entre o acontecimento e o fato jornalístico⁷. O fato jornalístico integra um gênero discursivo que toma o acontecimento como o seu objeto, mas antes de tudo constrói (e se apresenta como) a informação do acontecido. Portanto, embora o fato ordene a experiência, não esgota o acontecimento em sua polissemia, “o primeiro estado de uma realidade sensacional” (SOARES, 1952). Fato, em latim *factum*, é particípio passado; desse modo, o fato é o acontecido. O acontecimento permanece no agora.

Segundo Hannah Arendt (1993), o acontecimento pode ser percebido a partir de dois pontos de vista: o do entendimento e o da ação, o que significa dizer que, dependendo da perspectiva em que o acontecimento é observado, ele pode vir a significar o fim ou o começo de uma época. Pela perspectiva do entendimento, o acontecimento é da ordem da contemplação; isso significa que o fato ocorrido no mundo pode ser explicado a partir de seus encadea-

7. Ver: BARONI (2008).



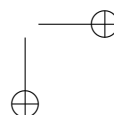
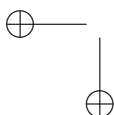


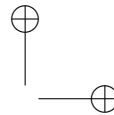
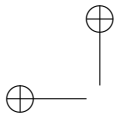
mentos, como o desenlace daquilo que o precedeu inscrito em determinado contexto causal. Do ponto de vista da ação, o acontecimento surge como poder de revelação, mostrando situações problemáticas que requerem uma solução ou significando também a descoberta de novas possibilidades, antes não imaginadas, de modo a surgir uma nova perspectiva de ação. Nesse caso, o acontecimento emerge desvinculado de relações causais, rompendo com o sentido do esperado pelo seu poder de máxima surpresa: é o próprio acontecer, que reconfigura os sentidos do possível. Assim, há no acontecimento um caráter inaugural, que marca o início ou o fim de uma época.

Louis Quéré pensa o poder de abertura e de fecho do acontecimento pela perspectiva de quem o sofre. Propõe-se a compreender como esse poder se liga às modalidades de experiência remetidas pelo acontecimento. Para ele, o poder do acontecimento não se liga à ação ante a dialética da experiência. Nesse caso, entraria em jogo um processo diferenciado de exploração, a estreita articulação entre o suportar e o agir. Sendo assim, compreender o acontecimento e o que ele tem a revelar não se dá, simplesmente, por contemplação, mas por sua explicação causal, pois, para Quéré (2005), “o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém”. Compreender o acontecimento pela perspectiva da experiência, de quem o sofre, é abrir os sentidos possíveis do acontecer, pois se o acontecimento é percebido a partir de quem o sofre, os sentidos do possível e o sentido do acontecimento vão se subdividir ao limite da experiência do número múltiplo de pessoas que o sofrem. Mas o acontecimento não existe, simplesmente, enquanto experiência, o acontecimento existe em si. Por isso, Quéré faz a distinção entre o acontecimento e o “acontecimento a”.

Já para G.H Mead (1964), o acontecimento nunca pode ser apreendido ou percebido por aquilo que o precede – isto é, a partir de uma reconstrução do passado –, pois é descontínuo e pressupõe ruptura. Mas, o acontecimento pode ser percebido a partir de um fundo de continuidade. Perceber, no entanto, o acontecimento pela concepção da continuidade é um pensamento paradoxal, pois

se o novo emerge, não pode haver aí uma história da continuidade da qual ele seja parte integrante, mesmo se, quando ele surge, as continuidades que manifesta nos permitem descrever uma sucessão de acontecimentos no âmbito do qual ele apareceu (QUÉRÉ, 2005).



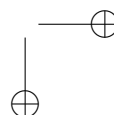
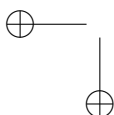


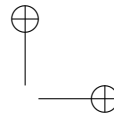
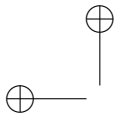
Assim, o acontecimento tem um caráter esclarecedor de dizer o seu passado e futuro, ou, como diz Quéré (2005), “que o passado e o futuro são relativos a um presente evenemencial”. Se o acontecimento surge desvinculado de relações causais, se não pode ser percebido a partir da reconstrução do passado pelo seu caráter de ruptura, de novidade, compreendê-lo a partir do presente evenemencial, apontado por Quéré, é dizer que, ao contrário de ser percebido a partir de seu passado, é o acontecer do acontecimento que vai fazer o papel de construir, reconstruir, passado/futuro.

A reconstrução cognitiva é essencial para a organização da ação, pois é ela quem vai fazer o papel de reconstruir o passado, o presente e o futuro. Nesse processo de reconfiguração do mundo, o acontecimento surge como realidade até então impensada, seja para o indivíduo ou toda uma comunidade, rompendo com os sentidos de possível.

Quando há a ocorrência do acontecimento, o mundo não é mais o mesmo, a realidade se modificou. Mas, é claro, há acontecimentos esperados, que emergem como o resultado de uma complexa rede de acontecimentos entrelaçados, que os precedem. Mesmo esses fazem emergir o novo. O inesperado do acontecimento produz no homem o olhar para o passado. Louis Quéré (2005) também aponta um modo para se compreender o acontecimento: a possibilidade de quem o sofre. Possibilidade, nesse contexto, significa o sujeito ou toda uma comunidade sentir-se confrontada por um acontecimento. Confrontação que ganha força de provação, travessia, pondo a identidade em causa, seja de um sujeito ou de uma comunidade. Nesse sentido, Quéré vem interpretar o acontecimento a partir da dialética da experiência. Assim, o autor passa da análise do acontecimento em si para pensar o “acontecimento a”.

O “acontecimento a” tem relação com os efeitos do acontecimento em uma pluralidade de seres – animados e inanimados –, e também com a capacidade de o acontecimento produzir mudança, transformação, no substrato material ou imaterial. A catástrofe natural é o exemplo apontado pelo autor para ilustrar o seu pensamento. Mas, experiência só existe entre dois seres em relação. Não há experiência entre o acontecimento e um ser inanimado. A experiência ocorre quando ambos os seres, mutuamente, se modificam, quando há afetação conjunta. O sujeito ou a comunidade sofre o acontecimento, se desconstrói, e, nesse processo de desconstrução, o homem ou a comunidade constrói novos sentidos para o acontecer, o que implica, simultaneamente, um processo de construção/desconstrução. Pelo existir desse processo, Quéré





diz que o acontecimento se torna um “fenômeno de ordem hermenêutica” (QUÉRÉ, 2005).

Quéré (2005) garante que “o acontecimento continua, de facto, a ocorrer e a singularizar-se enquanto produzir efeitos sobre aqueles que afecta. Não efeitos causais, mas efeitos na ordem do sentido”. O acontecimento, no entanto, se transforma pelo modo a possibilitar que o homem se aproprie dele. Os acontecimentos, assim, vêm se assemelhar a quem os recebe, a partir de seus sentidos de possível, de sua recepção, afetação e resposta. Mas há uma ressalva: o limite do poder de ação sobre o acontecimento se dá no que ele foi, dá-se no acontecido. Significa que não se pode modificar o ocorrido; portanto, a ação de transformá-lo está na ordem do sentido.

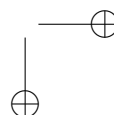
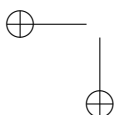
Para Louis Quéré, fato e acontecimento são fenômenos distintos. O acontecimento, diferente do fato que pode carregar sentido ou valor para alguém, é o próprio sentido: o acontecimento é ele próprio criador de realidade. O acontecimento instaura o novo, sendo descontínuo constitui-se como abertura de “novas possibilidades interpretativas” (QUÉRÉ, 2005), nas dimensões passado, presente e futuro.

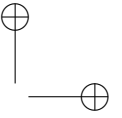
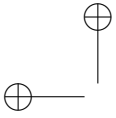
É interessante a abordagem que o autor faz sobre o fato e o acontecimento em sua perspectiva espaço-temporal. Enquanto o fato situa-se, enclausurado, em um determinado tempo-espaço, o acontecimento transborda em ambos os sentidos, espaço e tempo. Especialmente porque o acontecimento estende-se a lugares muito distantes ao ocorrido e, temporalmente, porque o acontecimento expande-se na reconstituição do passado e futuro.

O acontecimento dá vida ao passado, devido ao seu ineditismo. Após o acontecido, o passado precisa ser reconstituído como uma tentativa de compreensão do acontecimento. No entanto, para Quéré, o acontecimento só pode ser compreendido no futuro. Ele requer defasagem no tempo do ocorrido, não é possível, para o autor, compreender e, ao mesmo tempo, ser contemporâneo ao acontecimento. No entanto, Quéré faz uma ressalva.

O sujeito não é a medida do acontecimento. Do contrário, não haveria acontecimento possível, dotado de um poder de revelação e de um potencial de inteligibilidade: haveria apenas factos revestidos *a posteriori* de um sentido que antes não possuíam. Não é assim que os acontecimentos se inscrevem na ordem dos sentidos (QUÉRÉ, 2005).

Portanto, o acontecimento se liga à dialética da experiência, que significa dizer que produz sentido e reconfigura os sentidos de possível. Nessa produ-



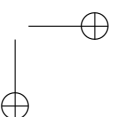
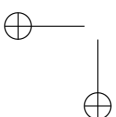


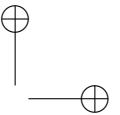
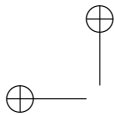
ção e reconfiguração em transação com o sujeito ou a comunidade acontece a experiência. A experiência surge da constituição do sujeito e do acontecimento, acontece na tessitura imbricada de acontecimento e comunidade receptora do acontecido.

Gilles Deleuze (2006) pensa os acontecimentos – os acontecimentos puros, segundo suas palavras –, a partir de Lewis Carroll, em *Alice* e também em *Do outro lado do espelho*. O filósofo, ao se apropriar da obra de Carroll, apresenta-nos a constituição paradoxal da teoria do sentido, pois, para ele, “o sentido é uma entidade não existente, ele tem mesmo com o não-senso relações muito particulares” (idem). Para ilustrar o seu pensamento, Gilles Deleuze expõe-nos a seguinte frase: “Alice cresce”. Com isso, Deleuze desenvolve a constituição do pensamento paradoxal, pois dizer “Alice cresce” significa dizer que ela se torna maior do que antes e menor que agora; que é um movimento simultâneo para ambos os lados, não uma coisa ou outra. “Tal é a simultaneidade de um devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furta ao presente, o devir não suporta a separação nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro” (DELEUZE, 2006).

Como pensar o paradoxo do puro devir? Como compreender este furto do presente a não ser a partir da identidade infinita? Para Deleuze, quem vem fixar os limites é a linguagem, como, do mesmo modo, permite a distensão ao infinito, pelo devir ilimitado, que se torna, para o filósofo, o próprio acontecimento, “pois o acontecimento, sendo impassível, troca-os tanto melhor quanto não é *nem um nem outro*, mas seu resultado comum (cortar-ser cortado)” (DELEUZE, 2006). A essência do devir vem a ser o oposto do bom senso, que concebe um sentido determinável para as coisas do mundo; o sentido do devir, o pensamento paradoxal, no entanto, vem a ser esta distensão simultânea para ambos os lados. Assim, Deleuze (2006) afirma que “o paradoxo aparece como destituição da profundidade, exibição dos acontecimentos na superfície, desdobramento da linguagem ao longo deste limite”.

Deleuze retoma uma possível história da filosofia para demonstrar que os estóicos, amantes do paradoxo, rompem com os pré-socráticos, com o socratismo e o platonismo. Enquanto para Platão existiam duas dimensões – uma, das coisas limitadas e medidas, de qualidades fixas (permanentes ou temporárias); outra, do puro devir, que é um devir louco, desmedido, que se furta ao presente coincidindo passado e futuro –, para os estóicos, só existe, no tempo, o presente, que abarca o passado e o futuro. Mas, é o passado e o futuro que





insistem no tempo dividindo ao infinito cada presente, segundo as palavras de Gilles Deleuze. Há nesse pensamento, duas leituras simultâneas do tempo, ao contrário das três dimensões sucessivas que conhecemos.

Em todo acontecimento existe uma dupla estrutura. Uma é o momento presente, instante em que o acontecimento se efetua, nas palavras de Deleuze (2006), “aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa”; nesse caso, o passado e o futuro serão revistos, percebidos, constituídos a partir do presente evenemencial, de Quéré (2005), pelo ponto de vista de quem o encarna. A outra é o passado e o futuro em si mesmos, destituídos do presente. Essa dimensão temporal é livre no sentido de não se ligar a um tempo presente fixo para se constituir. Por isso, Deleuze diz que essa estrutura é “impessoal e pré-individual, neutra, nem geral, nem particular, *eventum tantum...*” (DELEUZE, 2006). O passado e o futuro fazem-se, constituem-se, em movimento, é o presente móvel que se produz a cada instante, desdobrando-se em passado/futuro.

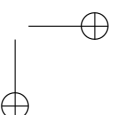
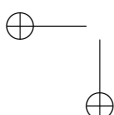
Deleuze, para ilustrar a dupla estrutura do acontecimento, apropria-se de Maurice Blanchot, quando escreve sobre a morte.

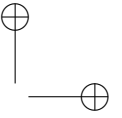
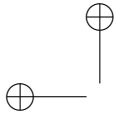
Ela é o abismo do presente, o tempo sem presente com o qual eu não tenho relação, aquilo em direção ao qual não posso me lançar, pois nela *eu* não morro, sou destituído do poder de morrer, nela a *gente* morre, não se cessa e não se acaba mais de morrer (DELEUZE, 2006).

A destituição do *eu* para a *gente* tira do acontecimento o seu caráter privado ou coletivo, individual ou universal. O acontecimento *morrer*, descrito por Blanchot, torna-se para Deleuze similar a *chove*: é o acontecimento puro, que é, ao mesmo tempo, singular, privado e coletivo.

Autores como Raquel Paiva e Muniz Sodré concordam com a posição de Louis Quéré sobre a dificuldade de as ciências sociais lidarem com a estruturação da experiência coletiva e individual a partir da ocorrência do acontecimento, mas apontam que esse posicionamento não é suficiente para fazer desvanecer, na Antropologia e Sociologia, o esquema da causalidade a partir do fato, o que ocorre também no jornalismo. “Na notícia, estratégia ou gênero discursivo essencialmente jornalístico, o real da notícia é a sua ‘factualidade’, a sua condição de representar um facto por meio do acontecimento” (PAIVA e SODRÉ, 2005).

Assim, o jornalismo incorpora a compreensão que o senso comum tem sobre o que vem a ser o fato, especialmente, a partir do positivismo de Augusto





Comte. Para a doutrina positivista, o fato é compreendido como uma “experiência sensível da realidade” (PAIVA e SODRÉ, 2005). Para cada fato existe a sua respectiva correspondência com um dado sensível, uma sensação, fazendo com que a fonte de todo o saber se torne a intuição empírica. A partir dessa lógica de pensamento, tem validade o que pode ser observado empiricamente.

Maurice Mouillaud, em *A crítica do acontecimento ou o fato em questão*, discute o tema levantando a hipótese de os termos “acontecimento” e “fato” são utilizados como sinônimos.

A hipótese que sustentamos é a de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do ‘fato’. Os acontecimentos explodem na superfície da mídia sobre a qual se inscrevem como sobre uma membrana sensível. Mas põem em ressonância os sentidos que nela são inscritos (MOUILLAUD, 2002).

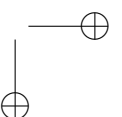
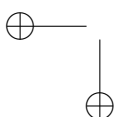
Entendemos que Mouillaud cria uma dualidade entre o acontecimento e a informação. Para ele, a informação, ao contrário do acontecimento, pertence ao regime aberto. A informação surge como um apelo, como um fluxo de emissão e recepção entre sociedades que se inter-relacionam, transformando as sociedades, criando crises. Desse modo, a experiência jamais vai ser móvel, pois a experiência existe única e exclusivamente em si. Já a informação, a partir do ‘padrão do fato’ transpõe territórios, transpõe o próprio tempo.

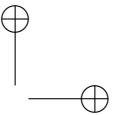
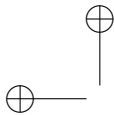
Este intercurso entre a experiência e o fato, segundo Maurice Mouillaud, ocorre de vários modos, conforme ele classifica: o acontecimento pré-construído; o acontecimento polissêmico; o acontecimento orientado e o acontecimento e programação. Sem nos esquecermos, é claro, que o acontecimento aqui é compreendido como “a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do ‘fato’” (MOUILLAUD, 2002).

No acontecimento pré-construído, “os acontecimentos da mídia se encaixam em formas que já são construções do espaço e do tempo. A mídia constrói a ‘cena do acontecimento’” (MOUILLAUD, 2002). O acontecimento, por existir vinculado às relações de espaço e tempo, por ser uma “cena temporal”, uma vez captado pela mídia, sofre a emolduração do olhar que o reconstrói. Ocorre um processo de emolduração do real.

Já no acontecimento polissêmico,

o acontecimento e a mídia confundem-se em um ponto em que a fala da mídia torna-se performativa, e não mais, apenas descritiva. (...): é aconte-





cimento aquilo que é definido como acontecimento. O acontecimento não é mais descritivo e, sim, reflexivo (MOUILLAUD, 2002).

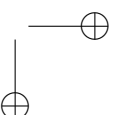
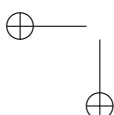
Nesse caso, a mídia envolvida no acontecimento cria os seus limites a partir de seus discursos proferidos. Desse modo, não ocorre uma emolduração do real, mas sim a construção deste pelo discurso. Esse apontamento de Mouillaud dialoga com a posição da pesquisadora Mayra Rodrigues Gomes (2000) que diz que um acontecimento se elege como tal devido a uma escolha feita pelas mídias.

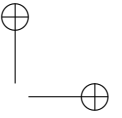
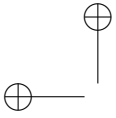
No acontecimento orientado,

o ‘fato’ e o ‘acontecimento’ não têm o mesmo status. O ‘fato’ é o paradigma universal que permite descrever os acontecimentos, uma regra da descrição dos mesmos (a codificação de toda experiência, seja qual for a natureza e a origem). O acontecimento (quando falamos de acontecimento ‘orientado’) designa uma exigência da representação. A escolha de uma narrativa entre as diferentes narrativas possíveis depende dos posicionamentos da tela, mas ela não afeta o código (o modelo do ‘fazer’) que serve para descrevê-la (MOUILLAUD, 2002).

O acontecimento orientado nada mais é do que a escolha de uma narrativa entre tantas outras que podem ser construídas a partir do acontecimento. Maurice Mouillaud nos dá o exemplo de uma greve no metrô, a qual, a representação desta significará, simplesmente, a narrativa daquilo que a cidade lhe reflete.

Quanto ao acontecimento e programação, “cada jornal – e cada tipo de jornal – pode ser considerado como uma expectativa de acontecimentos” (idem, 2002). O autor lembra que o repórter possui suas expectativas em relação ao acontecimento, isso é, a mídia constrói narrativas, antes de chegar ao local do acontecimento. Mouillaud conclui que os grandes acontecimentos da mídia deveriam ser aqueles que permitissem um ver e um não ver. “O acontecimento seria um recurso cujo valor residiria menos no que ele é do que no que não é” (MOUILLAUD, 2002). A conclusão de Mouillaud funda-se na reflexão de que, para o acontecimento, não existe a compreensão do todo. Até por que, em suas próprias palavras, “estar no âmago de uma batalha é nada compreender” (idem, 2002).





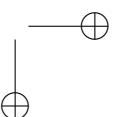
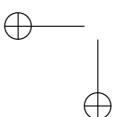
Considerações finais

A capacidade de entretenimento constitui-se como um valor-notícia fundamental para que um acontecimento possa adquirir os requisitos necessários para ser construído enquanto narrativa jornalística. Valores-notícia são qualidades dos acontecimentos que produzem as condições de possibilidades para que sejam transformados e contidos em um produto informativo. Considerar a notícia um produto industrial disponível para ser vendido no mercado, implica ressaltar a existência de uma hierarquia de interesses previsíveis para a edição do material jornalístico, dentre os quais um acontecimento merece destaque pelo “entretenimento que proporciona” (MEDINA, 1988).

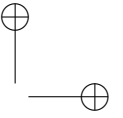
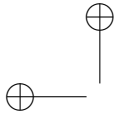
A partir da discussão de Benjamin sobre a “perda da aura” em relação ao teatro e a pintura com o aparecimento das técnicas de reprodutibilidade, podemos também dizer – ao refletirmos sobre a história da imprensa – que a fase de produção industrial dos jornais também trouxe a “perda da aura” que envolvia a fase publicista da imprensa, com seus longos artigos opinativos voltados para a educação política de seus leitores, conforme os ideais iluministas. Ou melhor: o que se atrofiou nas épocas da aceleração da reprodutibilidade técnica do jornal – quer seja a *penny press* do final do século XIX e começo do século XX ou o infotimento do final do século XX e começo do século XXI – foi a aura da imprensa iluminista como instrumento de conscientização e mudança social. As massas procuram a distração no jornal sensacional, enquanto o reformador iluminista aborda a imprensa “séria” com recolhimento e devoção. Para as massas, o jornal sensacional é objeto de diversão. “A recepção através da distração constitui o sintoma de transformações profundas nas estruturas perceptivas” (BENJAMIN, 1993).

Referências bibliográficas

- AGUIAR, L. *Entretenimento: valor-notícia fundamental*. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v.5, n.1, p.13-23, jan./jun. 2008a.
- _____. *Imprensa sensacionalista: o entretenimento e a lógica da sensação*. In: Brasil-Portugal/Colóquio Bi-Nacional de Ciências de Comunicação, 1, 2008, Natal, Anais... Natal: INTERCOM, 2008b. CD-ROM.



- AMARAL, L. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.
- _____. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- ARENDT, H. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BARONI, M. A. L. *A construção dos efeitos de verdade no jornalismo: um estudo de caso sobre Os Sertões e Abusado*. Rio de Janeiro, 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio.
- BARTHES, R. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspetiva, 2006.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed.34, 1997.
- GOLDING, P. & ELLIOTT, P. *Making the news*. Londres: Longman, 1979.
- GOMES, M.R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.
- KURTZ, H. *Media circus*. New York: Times Book, 1993.
- MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1988.
- MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.
- MEAD, G. H. *The nature of the past*. In: _____. *Selected Writings*. Chicago: University of Chicago Press. p. 344-354. 1964.
- MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- MOUILLAUD, M. *A crítica do acontecimento*. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S.D. (orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed.UnB. p. 49-83. 2002.



- NEVEU, E. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.
- PAIVA, R; SODRÉ, M. *Sobre o facto e o acontecimento*. Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 95-100, 2005.
- POSTMAN, N. *Amusing ourselves to death*. New York: Penguin Books, 1986.
- QUÉRÉ, L. *Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento*. Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.
- SOARES, O. E. *Dicionário de Filosofia*. Rio de Janeiro: INL, 1952.
- SOUSA, J. P. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.

